

A ATUAÇÃO DOS VEREADORES NA CÂMARA LEGISLATIVA DE PAPANDUVA, SUA REPRESENTAÇÃO NO COMPRIMENTO DE SUAS FUNÇÕES.¹

*Daiana Kmiecik²
Eduardo Gomes de Mello³*

RESUMO: Este artigo resultante de pesquisa, realizado no período de Março (2008) a fevereiro (2009), apresenta o resultado da análise da “Atuação dos Vereadores na Câmara Legislativa de Papanduva, sua representação no comprimento de suas funções”, tendo como objetivo principal o acompanhamento dos trabalhos dos vereadores em atividade, na legislatura 2005 – 2008. Para tanto, foram realizadas entrevistas com quatro dos nove vereadores que compõe a Câmara de vereadores de Papanduva. As entrevistas tiveram três critérios de análise. O primeiro diz respeito as concepção de Política, Politicagem e Estado. A segunda, as concepções de Público e Privado. E a terceira questiona o que é ser Vereador e qual a sua função. Em função das entrevistas e dos demais trabalhos acompanhados em sessão legislativa na câmara, se percebe que além do comprometimento dos agentes políticos, há também outro fator que não deve ser ignorado quando se trata do espaço público, que é a participação política.

Palavras chaves: Política, Representação Política, Público e Privado, Câmara de vereadores de Papanduva.

ABSTRACT: Este artículo de la investigación, llevada a cabo a partir de marzo (2008) a febrero (2009) presenta el análisis de la ejecución de los consejeros legislativos de la Cámara de Papanduva, su representación en la duración de sus funciones, teniendo como principal objetivo la supervisión de la labor de los consejeros de la actividad en la legislatura de 2005 a 2008. Para ello, se realizaron entrevistas con cuatro de los nueve consejeros que componen la Junta de Consejeros de Papanduva. Las entrevistas con tres criterios de análisis. La primera se refiere al diseño de la política, la política y del estado. La segunda, los conceptos de público y privado. Y la tercera cuestión que se está Concejal y cuáles son sus funciones. Sobre la base de entrevistas y otros trabajos en sesión legislativa en la cámara, se observa que, además de la participación de los políticos, también hay otro factor que no deben pasarse por alto cuando se trata de espacio público, que es la participación política.

Palabras llaves: Política, Representación Política, Público y Privado, Câmara de concejales de Papanduva.

INTRODUÇÃO

As atividades públicas são certamente alvo de muitas críticas, feitas por parte da massa populacional, ainda mais quando estas atividades não beneficiam, ou então, não respondem às necessidades da população. Neste caso se questiona a representação política que os munícipes de Papanduva dispõem. O poder dos vereadores, os assuntos que devem ser tratados como prioridade pelos legisladores municipais. Refletir acerca de suas atividades em prol do desenvolvimento municipal é condição mútua para o bom desempenho do mandato do Vereador.

É preciso que, conscientes da importância desta reflexão, os legisladores tomem consciência da responsabilidade que dispõem, e da importância dada ao poder que eles foram confiados. Que busquem aperfeiçoamentos, que servirão de base para suas ações políticas, conseguindo consequentemente resultados positivos em seus projetos.

Um dos assuntos que compõem o senso comum a respeito da política brasileira é o de que os cidadãos brasileiros são mal informados sobre a política e sobre as atividades legais exercidas pelos seus representantes. Especialmente os que compõem o poder legislativo. Presume-se, que em uma perspectiva de senso comum o homem deixou de lado perguntas relevantes no que referencia a perplexidade do processo político. Seja ele, eleitoral, partidário, ou então aquelas atividades que são de função legislativa, dos vereadores.

Portanto, a pesquisa dá ênfase as observações feitas aos trabalhos dos legisladores do mandato 2005/2008 deste município, seus discursos e posturas diante das suas atividades legislativas, bem como seus conhecimentos a respeito do funcionamento da organização municipal que é de competência dos legisladores.

Primeiramente contextualiza-se sobre as questões pertinentes a Representação política, o que é ser vereador e qual a sua função, logo, se articula sobre as concepções de política, suas ações e discursos, como ferramenta de todo político preparado para o debate. Então se faz menção às concepções de público e privado, entendidos como aqueles que se mal interpretados podem levar as ações públicas a se renderem a interesses privados e particulares.

A seqüência do artigo é desenvolvida a partir da análise de entrevistas feitas com os agentes legislativos municipais de Papanduva, usando nesta pesquisa o aproveitamento de uma outra pesquisa que se fundamenta numa perspectiva de Hannah Arendt, a qual me conduz a contextualização do Trabalho de Conclusão de Curso.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

De início, é conveniente lembrar que o processo legislativo é uma espécie do gênero processual. Ou seja, faz parte dos ramos do direito público, cuja finalidade é a produção de normas jurídicas, produzidas pelas casas legislativas. Como também, esse processo, como é chamado, por ser jurídico, ele deve ser visto como um conjunto de atos que produzem as leis. Logo, se justifica as formalidades presenciadas quando assistimos a uma sessão legislativa, estas normas legais dizem respeito a maneira de como devem ser os procedimentos, que são essenciais, pois garantem a legitimidade e a qualidade do ordenamento jurídico. Por ser processo, portanto, são ritualísticos, e com formalidades preordenadas.

O processo legislativo deriva, em parte, da Constituição. No entanto, é no Regimento Interno que esta o seu detalhamento, pois trata das peculiaridades do município. Como percebemos na “Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Papanduva”, art 14:

Das atribuições da Câmara Municipal, esclarece: “Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte: I – Assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual (...).(2002, p 23).

Neste sentido a:

Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Papanduva esclarece, no art. 10. “O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, eleitos para cada legislatura entre cidadãos maiores de dezoito anos, no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto e secreto.” (2002, p 22).

Por sua vez, este rigor processual diz respeito à própria função constitucional da casa legislativa, que é o exercício das prerrogativas dos agentes envolvidos no processo legislativo. Que por sua vez são os chamados parlamentares, cujas atuações legitimam e qualificam o processo de elaboração legislativa. Também o chefe do executivo é sujeito desse processo, pois também responde as regras constitucionais, tendo também interesse jurídico em que o processo legislativo seja qualificado.

E ainda:

Chama-se de processo legislativo ao conjunto de atos e das tramitações que, expressa determinação constitucional, são necessárias a elaboração das leis. Como esta elaboração cabe em geral aos chamados representantes do povo, que são eleitos através de partidos, a feitura das leis envolve aspectos políticos, ou seja, ideológicos e partidários. (SALDANHA, 1986, p 19)

Devido a isso, chegamos à contextualização do que seja a representação política. Hannah Arendt nos diz: “O pensamento político é representativo. Formo uma opinião considerando um tema de diferentes pontos de vista, fazendo presente em minha mente as posições dos que estão ausentes, isto é, eu os represento.” (1968, p299). Uma vez representando, evidencia-se a forma de governo como democracia representativa. Aquele que elege por meio do voto seus representantes no Executivo e no Legislativo.

Reconhece esta mesma autora que a representatividade do pensamento político encontra a sua expressão na democracia. Pois é nela que os homens agem em sua pluralidade. Assim a autora enfatiza:

Quanto mais posições de pessoas eu tiver presente em minha mente ao ponderar um dado problema, e quanto melhor puder imaginar como eu sentiria e pensaria se estivesse em seu lugar, mais forte será minha capacidade de pensamento representativo e mais válidas as minhas conclusões finais, minha opinião. (ARENDR, 1968, p299]

POLÍTICA

Política pode ser definida como um processo social, que se estabelece a partir da ação de agentes comprometidos com o bem estar. Não precisa ser necessariamente um agente político partidário, mas pessoas civis, comprometidas com suas relações sociais do dia-a-dia. O dicionário de sociologia nos traz o significado de Política da seguinte forma:

Política é um processo social através do qual poder coletivo é gerado, organizado, distribuído e usado nos sistemas sociais. Na maioria das sociedades, é organizada, sobretudo em torno da instituição do Estado, embora este fenômeno seja relativamente recente. (JOHNSON, 1997, p 178)

Refletindo este tema, Arendt coloca:

Jamais alguém pôs em dúvida que a verdade e política não se dão muito bem uma com a outra, e até hoje ninguém, que eu saiba, incluiu entre as virtudes políticas a sinceridade. Sempre se consideraram as mentiras como ferramentas necessárias e justificáveis ao ofício não só do Político ou do demagogo, como também do estadista. (ARENDR, 1968, p 283)

Neste sentido, entendemos que este termo que vem do grego *Politikós*, que sugere a referência de uma cidade, ou como era chamado *Polis*, e seus cidadãos, civis, públicos, não distinguem que a ação política seja inteiramente justa e honesta. Mas sugere que para que a convivência seja sociável e social, devem os homens em sociedade se organizar para conviver e compartilhar da política como um bem comum. Para Arendt,

A política, enquanto campo de comunicação e de interação que assegura, no âmbito de uma comunidade, através da criatividade da ação, o poder de agir conjunto, resulta na condição humana de pluralidade e de diversidade. Por essa razão, o pensamento político é representativo da multiplicidade. (LAFER, 1988, p 252)

No entanto, quando se torna preocupante as discussões na política na medida em que elas não acontecem sem a problemática da mentira, ou da omissão, formam-se opiniões, que acabam prejudicando, ou até mesmo, confirmando falsas informações. Como acontece com a participação da mídia evidenciando e reescrevendo histórias, criando imagens para políticos despolitizados.

A tradicional mentira política, tão proeminente na história da diplomacia e da arte política, referia-se, quer a segredos autênticos, e dados que nunca se haviam tornado públicos, ou a intenções, que, de qualquer maneira, não possuem o mesmo grau de segurança que fatos acabados; como tudo aquilo que decorre meramente de potencialidades, e o que tencionava ser uma mentira sempre pode se revelar verdadeiro no final. (ARENDR, 1968, p 311)

Embora a Política tenha sido inventada pelos gregos. Isto não quer dizer que antes dos gregos, antes dos romanos não houvesse o exercício do poder, não houvesse governo, não houvesse autoridade. Nos grandes impérios existiram atividades políticas, antes e depois do mundo grego e do mundo romano. No entanto, o que identificava o poder era o governante, que imperava seu poder como quisesse. Ele era o autor da lei, do castigo, e da justiça. Ou seja, a vontade do governante, a vontade pessoal, individual dele era a única lei existente.

Assim sendo, a vontade do governante, ou seja, a sua vontade privada, pessoal, era a lei. E este o critério para a guerra, para a paz, para a vida, para a morte, para a justiça, para a injustiça. Portanto, os gregos e romanos interferiram nessas ações, criando o que chamariam de Política. Eles criaram a

idéia de um espaço onde o poder existe através das leis. As leis não se identificam com a vontade dos governantes, elas exprimem uma vontade coletiva. Essa vontade coletiva se exprimia em público, nas assembleias, através da deliberação, da discussão e do voto. Assim, a pluralidade, como chama Hannah Arendt, ou espaço público, concernia á totalidade dos cidadãos. Criada a *res pública*, ninguém se identifica com o poder, à vontade de ninguém é lei, sendo toda ela coletiva, pública, que caracterizaria a partir de então os cidadãos.

Então, é aí que a reflexão aristotélica ganha força, pois é segundo ela que a política não se separa da ética, na intenção de mostrar a união existente entre a vida individual com a vida comunitária. Aristóteles estabelece ainda uma tipologia das formas de governo que se tornam clássicas e muito reconhecidas no mundo moderno. Que são elas a *Monarquia*, caracterizada pelo governo de um só. A *Aristocracia*, ou governo de um pequeno grupo. E a *politéia*, ou então *democracia*, que é o governo da maioria. Embora considerando as três formas de governo boas, Aristóteles admite que corrompidas por meio de interesses particulares elas perdem a real idéia política de bom governo.

CONCEPÇÃO DE PÚBLICO E PRIVADO

Discute-se público e privado hoje a partir de uma visão social, onde o privado se tornou público e este se tornou privado. Cabe refletir sobre esta singularidade, interpretando os fenômenos políticos da modernidade e seus desafios e fragilidades. Uma contradição no governo em que vivemos como bem diz Hannah Arendt:

A contradição óbvia deste moderno conceito de governo, onde a única coisa que as pessoas tem em comum são os seus interesses privados, já não deve nos incomodar [...], pois sabemos que a contradição entre o privado e o público, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, a submersão de ambas na esfera social. (ARENDR,1999, p.79)

Assim, tomando por base o segundo capítulo da obra “A Condição Humana”, Hannah Arendt reflete sobre as esferas públicas e privadas na Antiguidade. Entendendo que existe uma influência da polis grega, no pensamento arendtiano com a crítica ao homem moderno. A perda da dimensão política e pública, ao mesmo tempo, demonstra como a esfera pública grega é diluída na esfera social pelos romanos.

Cabe ressaltar, segundo a politóloga Hannah Arendt (1999, p 82) que “o que importa a esfera pública, porém, não o espírito mais ou menos empreendedor de homens de negócios privados, e sim as cercas em torno das casas e dos jardins dos cidadãos.” E mais, “a distinção entre as esferas pública e privada, encarada do ponto de vista da privatividade e não do corpo político, equivale á diferença entre o que deve ser exibido e o que deve ser ocultado.” (1999, p 82).

Evidencia-se, a partir de uma leitura desta obra, que antes era a esfera pública o espaço onde os homens podiam dialogar e mostrar quem eram num espaço de liberdade. Este espaço desaparece no mundo moderno em que vivemos.

Salienta-se, portanto, que os gregos puderam e depois deles os romanos distinguir com muita clareza a autoridade política ou autoridade pública e a autoridade privada. Chamava-se então autoridade, o poder privado, porque em grego era o chefe de família, que é aquele que detém a autoridade do espaço privado, pois era regida por sua vontade, e esta era a lei. Sendo autoridade, este espaço privado ficou reconhecido como despótico, pois era regido por um déspota. Portanto, os gregos

pronunciavam quando a autoridade for despótica, o espaço público foi tomado pelo espaço privado e a Política acabou. A condição da Política é que não haja despotismo.

MATERIAL E MÉTODO

Optou-se pela entrevista com os nove vereadores de Papanduva, onde somente quatro se dispuseram a cooperar com a pesquisa. Acredita-se que os demais vereadores que não participaram da entrevista se colocaram de forma imprópria para responder aos questionamentos.

Por assim dizer, a coleta de dados fornece uma melhor análise e reflexão sobre tais práticas administrativas e políticas dos Vereadores entrevistados, partindo de um roteiro de entrevista pré-selecionado e que por seguinte fornece outros elementos importantes à pesquisa.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Para análise dos dados foi aplicada uma entrevista a quatro, dos nove vereadores de Papanduva, objetivando investigar a “Representatividade Política” destes em função de seus cargos públicos. A pesquisa não pôde ser completada com os demais vereadores em função da falta de tempo, alegada pelos próprios vereadores. No entanto, ao longo das observações feitas acerca das entrevistas, podem-se perceber suas atividades legislativas, caracterizadas como aquelas que são pretendidas nas respectivas sessões da Câmara, a entender, as indicações, projetos, requerimentos, por fim, suas ações em detrimento da fiscalização pública e da construção de projetos que evidenciem o desenvolvimento municipal.

As questões direcionadas para avaliar, bem como identificar seus conhecimentos acerca da Ação Política, são distribuídas nas entrevistas da seguinte forma:

- A. Concepção de Política, Politicagem e Estado.
- B. Concepção de Público e Privado.
- C. O que é ser Vereador e qual a Função.

O critério adotado para chegar ao resultado, foi compreendido a partir de três temas principais nesta pesquisa. A pesquisa (A) compreende ao conceito de Política, o que é, e como ela é identificada na medida em que se trabalha como Vereador. A pesquisa (B) refere-se, assim como se descreve, as concepções de público e privado, ou seja, como o vereador identifica e entende estas duas esferas, na medida em que a administração pública fornece subsídios para incentivos privados. A pesquisa (C) compreende a representatividade política, ou então a função que os atores políticos tem, suas obrigações e prerrogativas diante da lei e da responsabilidade como candidato eleito por voto, característica da democracia representativa.

Quando questionados, a partir da pesquisa (A), sobre o entendimento da política e suas ações, os vereadores fazem entender que é uma atividade de responsabilidades, bem como de precariedades. Notam que a Política como é atividade, ela se justifica com o período eleitoral, característica de pedir votos e ouvir os pedidos da população. Mas não levam isso como única ação política, mas entendem que dela surgem propostas e projetos que somam a suas propostas eleitorais.

Quando questionados sobre o entendimento da política, temos as seguintes respostas: “(...) Primeiro é a busca pelo voto, e para cativar estes votos, você deve tratar de propostas que vão de encontro às necessidades do município. Você como um agente político, tentando solucionar problemas. Para pedir este voto, o político deve ter humildade (...)”.

Já um outro vereador relata: “A Política não é somente pedir o voto, ou se prepara para uma eleição. A política nasce dentro de casa, desde pequeno, nos dedicamos a um espaço político, seja dentro de casa ou fora dela.”.

Outro nos diz que: “A Política é a Arte de governar, de garantir o bem estar econômico e social de um povo. Sendo não necessário ter um mandato, ou então ser um Político - vereador para exercer esse papel. Trabalhando na comunidade e em outros setores, entidades da comunidade.”.

A partir da pesquisa (B), avaliados acerca do entendimento do que seja público e privado, observou-se certa dificuldade em definir os termos, ou então espaços, como a pergunta se referia. A estranheza dos termos se deve ao seu pouco pronunciamento, ao mesmo tempo em que se definem eles. No entanto, ao longo de outras definições, os agentes políticos entrevistados puderam responder as perguntas que tinham como interrogação, a definição do que seja público e privado, da seguinte forma:

Um nos diz: “Privado não é tão Privado. Assim como O Público não é tão Público. O privado designa algo que pode ser meu, ate que o Público, referindo-se ao Poder, este que pode interferir, dizendo que esta casa, não é mais sua.”.

Outro nos diz que a diferença fica entre: “O espaço de nossas casas e de nossas propriedades. Ao mesmo tempo, que temos as prefeituras e escolas públicas.”. Esta última resposta não tem muita diferença em comparação às outras respostas dos vereadores.

Quando perguntados se a escolaridade influencia no desempenho do político, fica claro que o conhecimento, ou educação, como eles mesmos se referem faz diferença na hora de se colocar como políticos. No entanto, foi curioso ouvir declarações de um tempo em que não se tinha preocupação se o candidato era mesmo escolarizado, mas este deveria ter notoriedade no município, se referindo aos bens que possuía. A partir disso, se conseguiria melhores resultados nas políticas públicas do município.

Segundo um dos entrevistados “(...) durante minha vida, tive uma faculdade, que foi o da vida. Esta é devagar, lenta, porque leva os anos de experiências negativas e positivas, que desgasta e influência. Vem com os anos e vamos aprendendo. As pessoas mais jovens têm maior facilidade, porque este tipo de escolaridade se forma mais rápido do que a minha foi.”.

Assim, percebe-se em grande parte, que a análise feita de todas as entrevistas, leva em consideração as próprias vivências políticas, aquelas particulares, de um tempo em que não se configurava a formação política teórica, e sim a prática que se tinha para tratar dos interesses que se configuravam no eleito. Como suas próprias angustias de cidadãos indignados com os descasos políticos. Mas que próximo disso há muita mentira e omissão.

Na pesquisa (C), evidenciava-se a função que desempenham. Sua representação política, seus trabalhos ao longo da legislatura e como se trabalhou nestes períodos, em prol de que segmento. E

quais as suas preocupações quando se fala em desenvolvimento. Assim, entendeu-se que, quando questionados sobre os andamentos dos projetos dentro da câmara, todos foram firmes ao descreverem os processos judiciais da câmara, ou seja, o chamado “gênero processual”.

Contudo, os entrevistados mostraram afinidade com o município em que moram, suas indignações diante de vereanças passadas. Falaram sobre os incentivos políticos que tiveram ao longo de suas vidas, quem os influenciaram e os apoiaram nas eleições e outros momentos de discussão política. As respostas foram desde professores, pessoas da política nacional, e vontade própria diante de ações políticas mal trabalhadas. Importante destacar neste item as suas participações sociais, em trabalhos para o município. Sendo representantes de alguma associação ou segmento do qual fizeram ou ainda fazem parte. Como professores, presidentes de associação ou de alguma secretaria municipal.

A partir de uma análise geral envolvendo as três pesquisas (A), (B) e (C), e de acordo com a importância que cada uma delas representa para este trabalho e de modo geral para a população, é possível entender que a política praticada vai de encontro com vários cenários de representação. Pois, quanto mais se diferenciam as sociedades e a crise de representação, por exemplo, mais movimentos sociais tendem a se rivalizar contra os partidos e organizações políticas.

Hannah Arendt na sua obra “A Condição Humana”, explora ao máximo a natureza eminentemente política, comunitária, dialógica, comunicativa do homem: *zoon politikon*. Descrevendo que foram os gregos que intensificaram na história a questão do saber, do conhecer, do viver com sabedoria e amando o bem-comum. Chamamos isso de retomada da idéia grega de política. Onde se juntam em praça pública para discussão dos interesses comuns. Como no nosso tempo, a junção acontece nas Câmaras legislativas municipais, particularmente, tratando de interesses comuns a toda população. Destaca-se aqui a participação política.

Segundo Nogueira, (2001, p 60)

Nos dias de hoje, quando o governar se converte em atividade envolta em mistério e técnica “superior”, distante das pessoas e a identifica com o protagonismo de líderes especiais [...]: os sistemas tendem, sempre mais, a combinar o respeito a certas regras procedimentais (decisões por maioria, revezamento no poder, mandatos regulares) com a utilização emergencial de recursos de autoridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema trabalhado enfatizou a problemática da representação política dos vereadores de Papanduva. Envolvendo três temas principais como fenômenos para qualificar os trabalhos legislativos destes agentes. Que são as concepções de política, as de público e privado e em função destas identificar o que eles entendem por representação.

As entrevistas, embora não tenham tido maior participação por parte dos vereadores em atividade, mesmo assim se conseguiu por meio de análises dos trabalhos em sessão solene, identificar como eles respondem as suas responsabilidades. Bem como através de seus discursos e de suas colocações diante de processos legais, se atribuem, por meio destas, qualidades e defeitos a seus trabalhos.

O estudo realizado possibilitou observar, teoricamente e na prática, a importância de *verear*, de ter um cargo público tão disputado, e de se representar a população papanduvense em diversas ações. Percebe-se a importância de contribuir com o município, por meio de sugestões, de indicações,

e outros procedimentos legais que dão notoriedade aos seus trabalhos. Isso enfatiza ainda mais que grupo fez parte da legislatura 2005/2008 do município de Papanduva.

No que se refere a importância da discussão da representação política, o que fundamenta os trabalhos legislativos são reconhecidos a partir das eleições, onde propostas são feitas a população. Assim, quando eleitos os direitos e deveres dos vereadores se destacam em meio ao uso da máquina pública para construção e melhoria no funcionamento de escolas, hospitais, postos de saúde, aberturas de estradas, pavimentação, vinculadas as então propostas.

Cabendo assim, a sua representação na fiscalização do Prefeito, e de suas atribuições no poder. Em meio aos seus deveres como representantes do povo, cabe a ele cumprir as propostas de projetos de lei, sugerir indicações, interpor recursos ao município, como também fazer uso da palavra, no plenário para divulgação de algum assunto pertinente a comunidade.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o Futuro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1968

_____. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003

JOJNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos. Um diálogo com o pensamento de Hannah Harendt**. Ed. SCHWARCZ. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara de Vereadores. Papanduva – Santa Catarina. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em Defesa da Política**. São Paulo: Ed. SENAC.. 2001

SALDANHA, Nelson. **O que é Poder Legislativo**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1986. (Coleção Primeiros Passos)

¹ Resultado de pesquisa de iniciação científica com financiamento do FAP.

² Acadêmica do Curso de Ciências Sociais da Universidade do Contestado, campus Canoinhas/SC..

³ Professor Orientador deste projeto de pesquisa e, docente da Universidade do Contestado, Campus Canoinhas/SC